MARINA DE CAMPOS SANZ RONCHI

**ESCOLHA DAS LEIS APLICÁVEIS NOS CONTRATOS
PLURILOCALIZADOS: DIREITO BRASILEIRO E FONTES
INTERNACIONAIS**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Doutor Gustavo Ferraz de Campos Monaco

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo/SP

2019

MARINA DE CAMPOS SANZ RONCHI

**ESCOLHA DAS LEIS APLICÁVEIS NOS CONTRATOS
PLURILOCALIZADOS: DIREITO BRASILEIRO E FONTES
INTERNACIONAIS**

Dissertação de Mestrado apresentado a Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito Internacional Privado, sob orientação do Professor Associado Doutor Gustavo Ferraz de Campos Monaco.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo/SP

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Ronchi, Marina de Campos Sanz

Escolha das leis aplicáveis nos contratos plurilocalizados: direito brasileiro e fontes internacionais / Marina de Campos Sanz Ronchi. -- São Paulo, 2019. 128 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Orientador: Gustavo Ferraz de Campos Monaco.

1. Contratos. 2. Autonomia da Vontade. 3. Escolha da Lei Aplicável. 4. Conflito de Leis. I. Monaco, Gustavo Ferraz de Campos, orient. II. Título.

MARINA DE CAMPOS SANZ RONCHI

ESCOLHA DAS LEIS APLICÁVEIS NOS CONTRATOS
PLURILOCALIZADOS: DIREITO BRASILEIRO E FONTES
INTERNACIONAIS

Dissertação de Mestrado apresentado a Banca Examinadora
do Programa de Pós Graduação em Direito, da Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo, na área de
concentração Direito Internacional Privado, sob orientação do
Professor Associado Doutor Gustavo Ferraz de Campos
Monaco.

Aprovada em ____ de _____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradeço e dedico este trabalho à minha família, pelo incondicional apoio conferido desde o início.

Também não posso deixar de agradecer imensamente aos meus colegas e especialmente ao meu orientador, Professor Associado Gustavo Ferraz de Campos Monaco, por todo o apoio e suporte na execução do trabalho e nas inúmeras discussões sobre o tema.

“Juris praecepta sunt haec: honeste vivere, alterum non laedere, suum cuique
tribuere” (Digesto)

Resumo

RONCHI, Marina de Campos Sanz. ESCOLHA DAS LEIS APLICÁVEIS NOS CONTRATOS PLURILocalizados: DIREITO BRASILEIRO E FONTES INTERNACIONAIS. Janeiro/2019. 128 páginas. Mestrado. – Faculdade de Direito, Universidade de São paulo, São Paulo, 18 de janeiro de 2019.

O presente trabalho dedica-se ao estudo da possibilidade de escolha das leis aplicáveis nos contratos plurilocalizados. Busca-se discutir a manifestação da autonomia da vontade por meio da escolha da lei que regerá o contrato, bem como seus impactos sobre os conflitos de leis no espaço. Para tanto, primeiramente, define-se contratos plurilocalizados, analisando-se os critérios doutrinários com base na teoria jurídica e econômica, e do critério eclético adotado pelos diversos ordenamentos jurídicos devido a ineficiência dos dois primeiros. Encerra-se o capítulo com as definições extraídas diretamente de algumas Convenções. Em seguida-se, aborda-se a autonomia da vontade e seus reflexos em outros institutos do direito: a ordem pública e o *dépeçage*. No terceiro capítulo tenta-se aprofundar discussões a respeito dos conflitos de leis no espaço, com ajuda dos elementos de conexão, do reenvio e da fraude à lei. Por fim, analisa-se a escolha das leis aplicáveis no direito brasileiro e nas fontes internacionais.

Palavras-chave: Direito Internacional Privado. Contrato Internacional. Autonomia da Vontade. Conflito de Leis. Elementos de Conexão. Lei Aplicável.

Abstract

RONCHI, Marina de Campos Sanz. CHOICE OF APPLICABLE LAWS IN THE PLURILocalized CONTRACTS: BRAZILIAN LAW AND INTERNATIONAL SOURCES. January/2019. 128 Pages. Master. – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019, January 18th.

The present work is dedicated to the study of the possibility of choosing the applicable laws in plurilocalized contracts. It seeks to discuss the manifestation of party's autonomy through the choice of law that will govern the contract, as well as its impacts on conflicts of laws. In order to do so, we first define plurilocalized contracts, analyzing doctrinal criteria based on legal and economic theory, and the eclectic criterion adopted by the various legal systems due to the inefficiency of the first two. The chapter concludes with the definitions drawn directly from Conventions. Next, the autonomy and its reflections in other institutes of law are approached: public order and *dépeçage*. In the third chapter we try to deepen discussions about the conflicts of laws, with the help of the connection elements, *renvoi* and fraud against the law. Finally, we analyze the choice of applicable laws in Brazilian law and international sources.

Keywords: Private International Law. International Contract. Party's Autonomy. Conflict of Laws. Connection Elements. Applicable law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. CONTRATOS PLURILOCALIZADOS	14
1.1. CRITÉRIO DOCTRINÁRIO COM BASE NA TEORIA JURÍDICA E ECONÔMICA	18
1.2. CRITÉRIO ECLÉTICO NOS DIVERSOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS.....	25
1.3. DEFINIÇÕES EXTRAÍDAS DIRETAMENTE DE CONVENÇÕES.....	31
2. AUTONOMIA DA VONTADE.....	37
2.1. ORDEM PÚBLICA.....	50
2.2. <i>DÉPEÇAGE</i>	57
3. CONFLITO DE LEIS	62
3.1. ELEMENTOS DE CONEXÃO.....	69
3.1.1. Reenvio	77
3.1.2. Fraude à Lei	80
3.2. MÉTODO BILATERAL E MÉTODO UNILATERAL.....	82
4. ESCOLHA DAS LEIS APLICÁVEIS: DIREITO BRASILEIRO E FONTES INTERNACIONAIS.....	91
4.1. NO DIREITO BRASILEIRO	92
4.2. FONTES ESTRANGEIRAS OU INTERNACIONAIS	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
BIBLIOGRAFIA.....	120

INTRODUÇÃO

Contrato é um conceito jurídico capaz de espelhar uma série de princípios e regras de direito em um único documento. Como acontece com todos os conceitos jurídicos, contrato não pode ser entendido na sua essência se nos limitarmos a considerá-lo em seu viés jurídico exclusivamente. É preciso levar em consideração, também, seu reflexo exterior, a realidade de interesses, de relações, de situações econômico-sociais em que se insere, da qual ele é uma tradução¹.

As situações que constituem a substância real de qualquer contrato podem ser resumidas na ideia de operação econômica. Existe operação econômica quando se está diante de transferência de riquezas, aqui entendidas não somente como dinheiro ou bens materiais, mas também aquilo que é suscetível de avaliação econômica, ainda que não na acepção material do termo, como por exemplo, as obrigações de fazer².

A progressiva jurisdicionalização das operações econômicas constitui uma resposta à exigência da sociedade, de dar às formas de circulação de riquezas um arranjo racional³. Uma vez que o contrato reflete diretamente as operações econômicas, é evidente que seu papel é determinado pela quantidade e complexidade das operações a que é chamado a intervir, resultando, assim, diretamente conectado aos objetivos e interesses políticos do contexto em que está inserido.

Os contratos são, assim, o traje formal das operações econômicas, de forma que o conceito de contrato vem resumir essa realidade complexa, de enquadramento por parte do direito, submetendo-o às suas regras vinculativas com o objetivo de agrupá-los em uma categoria única. A noção jurídica de contrato

¹ ROPPO, Enzo. **O Contrato**. Coimbra, Almedina, 2009, p. 7;

² Ibidem, p. 8;

³ Ibidem, p. 16;

internacional surge no plano do conflito de leis e do princípio da autonomia da vontade.

O aumento da complexidade das relações sociais, políticas e econômicas, se reflete diretamente na multiplicação e complexidade das operações, especialmente pela crescente expansão das atividades de produção, de troca e de distribuição de serviços. A internacionalização das operações econômicas faz com que elementos estranhos a estrutura eminentemente interna de uma ordem jurídica se agreguem à relação contratual: nacionalidade, domicílio das partes contratantes, local de celebração ou de execução e qual lei aplicar ao contrato, passam a ser vistos como potenciais problemas na fase de negociação, por gerarem conflitos de leis no espaço.

É exatamente nesse contexto que nasce o contrato plurilocalizado: de um lado, observam-se os Estados multiplicarem suas normas imperativas para um dirigismo econômico e social; e de outro, a multiplicação das relações econômicas, o desenvolvimento de novas técnicas, e o poder dado às empresas de criarem uma cadeia de relações contratuais, que o direito material estatal não teve possibilidade de prever e que, tornou-se impotente para gerir⁴.

O desenvolvimento do comércio e a intensidade da vida humana fazem com que várias situações, antes analisadas apenas sob a ótica da lei interna, escapem à lei de um lugar e entrem em contato com a órbita de outros ordenamentos⁵, gerando, assim, o que se convencionou chamar de conflito de leis no espaço. Para solucionar o conflito, a solução deve ser buscada nas regras de Direito Internacional Privado (DIPr) de um dos sistemas com os quais a situação esteja conectada. Ocorre que, nem sempre esses ordenamentos são capazes de apresentar soluções justas e eficazes diante dessa realidade.

⁴ STRENGER, Irineu. **Contratos Internacionais do Comércio**. 4 ed. São Paulo: Ltr, 2003, p. 67;

⁵ VALLADÃO, Haroldo. **Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1980. pp.3 e 4;

Dessa forma, ante as rápidas mudanças trazidas pela plurilocalização das relações contratuais, muito, também, em razão da confusa e falta de uniformização gerada pelas decisões de cada ordenamento jurídico, passou-se a cogitar soluções que fugissem da aplicação ao caso, da lei do foro. De se notar, entretanto, que a insegurança e a falta de previsibilidade causadas, em tese, pela fuga do tradicional, ainda levantam questões que podem ser consideradas obstáculos à resolução de conflitos de outras formas.

No plano intermediário entre a liberdade de escolha da norma aplicável e o aprisionamento da aplicação da norma interna, por que não cogitar outras soluções? Henry Sumner Maine⁶ entende que o processo de desenvolvimento das sociedades humanas se reveste de um processo de transição do *status* ao contrato.

Enquanto nas sociedades primitivas as relações entre os homens eram determinadas pelo fato de se pertencer a um determinado grupo e pela posição por ele ocupado, derivando daí o seu *status*, nas sociedades modernas as relações tendem a ser resultado de uma escolha livre, da sua iniciativa individual e sua vontade autônoma, que encontra no contrato seu instrumento de atuação⁷.

Partindo-se da ideia de que a autonomia da vontade é um dos principais motores da evolução dos diversos institutos no direito, especialmente no campo dos contratos, o presente trabalho busca discutir a manifestação dessa autonomia por meio da escolha da lei que regerá o contrato, bem como seus impactos sobre o próprio contrato e sobre os conflitos de leis no espaço.

O tema não é novo, e há algum tempo já não chama mais a atenção da doutrina. Entretanto, em decorrência do aumento das relações internacionais, é evidente a necessidade de uma melhor regulamentação da matéria, especialmente no Brasil, em que a legislação defasada afasta, muitas vezes, oportunidades aumento das relações internacionais.

⁶ Citado por ROPPO, Enzo. **O Contrato**. Coimbra, Almedina, 2009, p. 26;

⁷ Ibidem, p. 28;

A proposta inicial do presente trabalho é analisar a plurilocalização dos contratos, buscando-se definir o que a doutrina entende como internacional, terminando-se por particularizar os critérios que contribuem para sua diferenciação, e sua caracterização em alguns ordenamentos jurídicos. Subdivide-se o primeiro capítulo em três sessões: i) critério doutrinário com base na teoria jurídica e econômica; ii) a utilização nos diversos ordenamentos jurídicos; e iii) definições extraídas diretamente de convenções firmadas sobre a matéria.

Concluindo-se o primeiro capítulo, inicia-se a segunda parte do trabalho com a autonomia da vontade, que foi abordada sob diversas óticas. Esgotada esta discussão, parte-se para uma breve análise sobre dois temas que tem reflexos diretos na autonomia – i) a ordem pública; e ii) o *dépeçage*.

No terceiro capítulo, procura-se fazer uma análise acerca do conflito de leis no espaço e seus métodos de solução – conflitual e unilateral. Para melhor compreensão do tema aborda-se, ainda, os elementos de conexão, o reenvio e a fraude à lei.

Finalizando-se este tema, passa-se à escolha da lei aplicável no direito brasileiro e nas fontes estrangeiras ou internacionais. A última parte do trabalho apresenta as considerações finais do estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias de hoje a maioria das relações econômicas, do ponto de vista jurídico, implica na formação de um contrato. Essa complexa relação reflete a natureza dinâmica e ao mesmo tempo complexa desse instituto. E, por outro lado, destaca as nuances características do direito contratual: um direito relativizado, historicizado e pluralista³⁰⁴.

Relativizado porque é marcado pela fragmentação de diversos paradigmas, o que inviabiliza a formulação de um conceito único e abstrato de contrato. Historicizado porque observa as mutações históricas da sociedade, da economia, da política e das ciências. Pluralista porque possui diversas fontes heteronômicas de formação³⁰⁵.

Nos contratos plurilocalizados, é possível espelhar essas características, especialmente a pluralista, na medida em que suas diversas fontes de formação são, ainda, legitimadas pelo Direito Internacional Privado (DIPr). Todavia, defendem alguns doutrinadores, que em matéria de contratos, o DIPr não é tão relevante, devido à semelhança das normas que regem o instituto nos diversos sistemas jurídicos disponíveis.

Argumentam que essa se torna cada vez maior em decorrência das iniciativas de diversos órgãos que buscam a uniformização dessas normas, havendo, assim, em tese, menos probabilidade para a ocorrência de conflitos³⁰⁶. A por *práxis* internacional fez uso de duas estratégias na tentativa de resolver conflitos de leis: a uniformização de regras substantivas por meio de leis uniformes, tal como a Convenção de Viena sobre Compra e Venda Internacional de Mercadorias; e a uniformização das normas de conexão de diferentes países, por

³⁰⁴ TEPEDINO, Gustavo. **Apresentação Problemas de Direito Civil-Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000;

³⁰⁵ Idem;

³⁰⁶ DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado [Parte Especial] – Direito Civil Internacional, vol. II - Contratos e Obrigações no Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro, Renovar, 2007, p. 223.

meio da Convenção de Roma sobre a Lei Aplicável às Obrigações Contratuais, das Convenções Interamericanas e das Convenções da Haia, abordadas durante o estudo.

No entanto, essas estratégias não necessariamente se mostraram eficazes, na medida em que mesmo após sua adoção ainda é possível observar, em menor escala, conflitos de leis no espaço nos países que adotam tais Convenções. A uniformização das normas de conexão mostrou-se como uma tentativa de uniformização das normas para resolver conflitos de leis que acabaram por gerar outros problemas, tais como o reenvio e a fraude à lei, conforme abordado oportunamente.

O desenvolvimento dos mercados e o aumento das relações multiconectadas sustentada por meio de contratos plurilocalizados demonstraram a ineficiência dos ordenamentos jurídicos internos de absorver todas as questões advindas dessas relações, inclusive, confirmando a obsolescência dos métodos tradicionais para resolução de conflitos. É, assim, que a autonomia da vontade volta a ter um papel de grande importância.

Sob a ótica do Direito Internacional Privado podemos compreender a autonomia em três planos: a) como um meio de designação da lei estatal aplicável a um contrato plurilocalizado; b) como uma permissão às partes para retirarem o contrato do seu direito pátrio; e c) como um instrumento de aperfeiçoamento do direito por causar a eliminação do conflito de leis, pois suas normas nada dizem diante da liberdade internacional das convenções³⁰⁷. Quando se escolhe que será aplicada uma dentre duas ou mais leis, torna-se irrelevante o conflito entre as regras materiais das diferentes jurisdições, uma vez que o contrato fica submetido a somente um determinado sistema jurídico³⁰⁸ para cada questão. O fato é que a escolha pelo direito aplicável dá uma maior flexibilidade ao próprio contrato.

³⁰⁷ JACQUET, Jean-Michel. **Principe d'Autonomie et Contract Internationaux**, Paris, Ed. Ecomomica, 1983, p. 8;

³⁰⁸ DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado [Parte Especial] – Direito Civil Internacional, vol. II - Contratos e Obrigações no Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro, Renovar, 2007, p. 110/111.

Cada ordenamento estabelece regras diferentes, concernentes às relações jurídicas de direito privado com conexão internacional. Para solução do conflito, a via mais utilizada, consiste na aplicação a tais situações, dos preceitos jurídicos internos de um dos sistemas com a qual esteja em conexão³⁰⁹. A “regra” de aplicação da norma interna, no entanto, não atende aos anseios de uma sociedade globalizada que se relaciona transnacionalmente de forma rápida. Nem sempre o direito interno pode atingir todas as situações da vida e, portanto, é importante considerar os ordenamentos estrangeiros com os quais essa situação se ache em contato.

As normas de direito interno foram criadas unicamente tendo em vista as relações da vida jurídica interna, não sendo sensíveis aos interesses internacionais, existindo um desajuste manifesto entre o método tradicional da conexão e a natureza sócio jurídica da matéria³¹⁰.

No plano intermediário entre a liberdade de escolha da norma aplicável e o aprisionamento da aplicação da norma interna, achar o meio termo não vem sendo tarefa fácil. A segurança e a previsibilidade apresentam-se como um obstáculo à resolução de conflitos de forma diversa da tradicional. O Poder Judiciário, na maior parte das vezes, não está apto e nem tem vontade em aplicar outro direito que não o seu.

Ainda não temos na doutrina uma teoria capaz de atender totalmente os anseios do mercado internacional. O que é possível verificar, na prática, é a aplicação deliberada da lei do foro, deixando de lado as peculiaridades da própria situação internacional. Talvez desconstruir a norma de conflitos e reconstruí-la, seja o caminho para chegar-se a uma solução³¹¹.

³⁰⁹ CORREA, A. Ferrer. **Lições de Direito Internacional Privado**, vol. I, Coimbra, Almedina, 2000, p.11;

³¹⁰ CORREA, A. Ferrer. **Considerações sobre o Método do Direito Internacional Privado**. In. Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor J.J Teixeira Ribeiro, , Coimbra, 1983, p. 1-12;

³¹¹ MACHADO, João Baptista. **Âmbito de Eficácia e Âmbito de Competência das Leis (Limites das Leis e Conflito de Leis)**. Almedina, Coimbra, 1998;

Mas para isso, será necessário que os teóricos se dediquem a fazer essa desconstrução conjuntamente. Cogita-se, inclusive, que a resolução ao problema posto esteja na consideração dos fins gerais do próprio Direito Internacional Privado e dos valores a que este deva ser sensível, e muito provavelmente seja essa a saída mais fácil para a solução da questão. Entretanto será necessário observar como o mundo globalizado reage e se adapta às tentativas de transformação dos métodos defasados.

BIBLIOGRAFIA

ALFONSIN, Quintin. **Teoria del Derecho Privado Internacional**, Montevideu, Ed. Idea, 1982;

ANCEL, Bertrand e LEQUETTE, Yves. **Les Grands Arrêts de la Jurisprudence Française de Droit Privé**, Paris, Sirey, 1987;

ARAUJO, Nádia de. **A Autonomia da Vontade nos Contratos Internacionais: Situação Atual no Brasil e no Mercosul**. *Revista do Ministério Público*, n. 6, 1997;

_____. **A Autonomia da Vontade nos Contratos Internacionais – Direito Brasileiro e Países do Mercosul: Considerações sobre a Necessidade de Alterações no Direito Internacional Privado do Bloco**. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, v.17, 1999;

_____. **Contratos Internacionais: Autonomia da Vontade, Mercosul e Convenções Internacionais**. Rio de Janeiro, Ed. Renovar, 2004;

_____. **Contratos internacionais e a jurisprudência brasileira: lei aplicável, ordem pública e cláusula de eleição de foro**. in: RODAS, João Grandino (Org.). *Contratos Internacionais*, 3ª Ed, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002;

_____. **Direito Internacional Privado: Teoria e Prática Brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Renovar, 2004;

AUDIT, Bernard. **Le droit international privé a fin du XXe siècle: progrès ou recul**. *Revue International de Droit Compare*, v. 50, n. 2, 1998;

BAPTISTA MACHADO, João. **Âmbito de Eficácia e Âmbito de Competência das Leis (Limites das Leis e Conflito de Leis)**. Almedina, Coimbra, 1998;

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Contratos Internacionais**, Editora Lex Magister, São Paulo, 2011;

BASSO, Maristela. **A autonomia da Vontade nos Contratos Internacionais do Comércio**. In *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, v.12, 1996

_____. **Contratos Internacionais do Comércio: Negociação. Conclusão. Prática**. Livraria do Advogado, Porto Alegre, 1994;

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Tratado de Direito Internacional Privado**. Vol. II, São Paulo: RT, 1977;

BATIFFOL, Henri e LAGARDE, Paul. **Droit International Privé**. Vol I, 8ª ed, Paris, LGDJ, 1993.

_____. **Les conflits de lois em matière de contrats: Étude de Droit International Prive.** Paris: Sirey, 1938;

_____. **Traité Élémentaire de Droit International Privé.** Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1949;

BEVILÁQUA, Clóvis. **Princípios Elementares de Direito Internacional Privado.** 3ª Ed., RJ, F. Bastos, 1938;

_____. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado.** Vol. I, 1ª Ed., 1959;

BRITO, Maria Helena. **A Representação nos Contratos Internacionais: um contributo para o estudo do princípio da coerência em direito internacional privado.** Coimbra: Almedina, 1999;

BROUSSEAU, Éric. GLACHANT, Jean-Michel. **New Institutional Economics – A guidebook.**

CASELLA, Paulo Borba. **Negociação e Formação de Contratos Internacionais,** in Revista da FADUSP, vol. 84/85, 1989/1990;

CALVO CARAVACA, Alfonso-Luis; CARRASCOSA GONZÁLEZ, Javier. **Derecho Internacional Privado.** V.I, 15ª Ed. Granada: Comares, 2014;

CARVALHO, Carlos de. **Direito Civil Brasileiro Recopilado.** Rio de Janeiro: Livr. de Francisco Alves, 1899.

CASTRO, Amílcar. **Direito Internacional Privado.** Vol II, Rio de Janeiro, 1956;

CAVERS, David. **A Critique of the Choice of law Problem,** in Harvard Law Review, vol. 47, 1933;

_____. **The Choice-of-Law — Selected Essays.** 1933-198, Durham, Duke University Press, 1985;

CLAY, Thomas. PINSOLLE, Philippe. **French International Arbitration Law Reports: 1963-2007.** Juris, 2014;

CORREA, A. Ferrer. **Direito Internacional Privado: Alguns Problemas.** Coimbra, 1985;

_____. **Considerações sobre o Método do Direito Internacional Privado.** In. **Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor J.J Teixeira Ribeiro.** Coimbra, 1983;

_____. **Lições de Direito Internacional Privado**. vol. I, Coimbra, Almedina, 2000;

CURRIE, Brainerd. **SELECTED ESSAYS ON THE CONFLICT OF LAWS**. 1963;

DOLINGER, Jacob. **A Evolução da Ordem Pública no Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Renovar, 1979

_____. **Direito Internacional Privado [Parte Especial] – Direito Civil Internacional, vol. II - Contratos e Obrigações no Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro, Renovar, 2007

_____. **Direito Internacional Privado - Parte Geral**, Rio de Janeiro, Ed. Forense, 2011;

ESPÍNOLA, Eduardo. **Elementos de Direito Internacional Privado**. RJ, Jacintho Ribeiro dos Santos, 1925;

ESPÍNOLA, Eduardo e ESPÍNOLA, Eduardo Filho. **A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Comentada na Ordem de seus Artigos**. Vol 2, 1995;

FERREIRA, Vasco Taborda. **Considerações sobre a Teoria da Devolução ou Reenvio em Conferência feita na Ordem em 19 de Maio de 1954**.

FREITAS, Teixeira de. **Consolidação das Leis Cíveis**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003;

GAMA JUNIOR, Lauro de Souza e. **Autonomia da Vontade nos Contratos Internacionais no Direito Internacional Privado Brasileiro: Uma leitura constitucional do artigo 9º da Lei de Introdução ao Código Civil em favor da liberdade de escolha do direito aplicável**. Carmen Tibúrcio e Luis Roberto Barroso, *Direito Internacional Contemporâneo em Estudo em Homenagem ao Professor Jacob Dolinger*, Renovar, RJ, 2006;

_____. **Contratos Internacionais à luz dos Princípios do UNIDROIT – soft Law, arbitragem e jurisdição**, RJ: Renovar, 2006;

GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. **Foro competente e lei aplicável aos contratos internacionais**. São Paulo: LTr, 2002;

GIULIANO, Mario e LAGARDE, Paul. **Rapport concernant la convention sur la loi applicable aux obligations contractuelles**. Journal Officiel des Communautés européennes N° C 282/1.

GRAVESON. Ronald Harry. **The conflict of laws**. Sweet & Maxwell, 1960;

HUBER, Ulrich. **De Conflictu Legum diversarum in diversis imperiis**. traduzido por Ernest G. Lorenzen. "Validity and effects of contracts in the conflict of laws". In: *Selected Articles on the Conflict of Laws*. New Heaven, Yale University Press;

JACQUET, Jean-Michel. **Principe d'Autonomie et Contract Internationaux**. Paris, Ed. Ecomomica, 1983;

KELSEN, Hans. **Principles of International Law**. 2ª Ed., por R.W. Tucker, Nova York, Holt, Rinehart and Winston, 1967;

LAGARDE, Paul. **Recherches sur l'Ordre Public en Droit International Privé**. Paris, LGDJ, 1959;

LANDO, Ole. **The conflict of Laws of Contracts: General Principles**. Recueil des Cours, vol. 189 (1984-VI);

LOPES, Serpa. **Comentário Teórico e Prático da Lei de Introdução ao Código Civil**. Vol. II;

MACHADO VILLELA, Álvaro da Costa. **O Direito Internacional Privado no Código Civil Brasileiro**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921;

MANCINI, Pasquale. **De utilité de rendre obligatoire pour tous les Etats, sous la forme d'un ou plusieurs traités internationaux, un certain nombre de règles générales du Droit intemational privé, pour assurer la décision uniforme des conflits entre les différentes législations civiles et criminelles**. Journal du Droit International: CLUNET, vol. 1, 1874;

MARQUES, Claudia de Lima. **A insuficiente proteção do consumidor nas normas de Direito internacional Privado - Da necessidade de uma convenção interamericana (CIDIP) sobre a lei aplicável a alguns contratos e relações de consumo, o novo direito internacional - estudos em homenagem a Erik Jayme**. RJ, Renovar, 2005

MAYER, Pierre. **Droit International Privé**. 5ª Ed, Paris, Montchrestien, 1994;

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Internacional Privado**. Tomo II, RJ, José Olympio, 1935;

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. In. **Código Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**. Costa Machado, organizador. Silmara Juny Chinellato, coordenadora. – 11ed – Barueri, SP: Manoele, 2018.

MORRIS, J.H.C. **The Conflict of laws**, Londres, Stevens and Sons Limited, 1971;

NEUMAYER, Karl. **Autonomie de la volonté et dispositions impératives en droit international privé des obrigations**. Revue critique de droit international privé, 1957;

NIBOYET, Jean-Paulin. **La théorie de l'autonomie de la volonté**, in Recueil des Cours, tome 16, Paris, 1927;

_____. **Traité de Droit International Privé Français**. Tomo V;

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**, vol. III, Forense, Rio de Janeiro, 1975;

PILLET, Antoine. **Principes de droit international privé**. Paris: Pedone, 1903;

PIMENTA BUENO, José Antonio. **Direito Internacional Privado e Aplicação de seus Princípios com referência às Leis Particulares do Brasil**. RJ, J. Villeneuve, 1863;

POMMIER, Jean-Christophe. **Principe d'Autonomie et Loi du Contract en Droit International Privé Conventionnel**. Paris, Ed. Economica, 1992;

RABEL, Ernest. **Conflicts Rules on Contracts in Lecture on the Conflict of Law and International Contracts**. Ann Arbor, The University of Michigan Law School, 1949;

_____. **The Conflict of Laws**, vol. II, Chicago, Callaghan & Co, 1947;

RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. **Das Relações Privadas Internacionais – Estudos de Direito Internacional Privado**. Coimbra, 1995;

REESE, Willis L. M. **Dépeçage: A Common Phenomenon in Choice of Law**. Columbia Law Review, n. 73, 1973;

RODAS, João Grandino. **Elementos de Conexão do Direito Internacional Privado Brasileiro Relativamente às Obrigações Contratuais**, in RODAS, João Grandino (Coord.), Rio de Janeiro, 3ª Edição, Ed. Revista dos Tribunais, 2002;

ROPPO, Enzo. **O Contrato**. Coimbra, Almedina, 2009;

SAVIGNY, Friedrich Carl von. **A Treatise on the Conflict of Laws and the Limits of Their Operation in Respect of Place and Time**. London: Stevens and Sons, 1869;

_____. **System des heutigen Römischen Rechts**, vol. VIII, 1849;

_____. **Traité de Droit Romain**. V. VIII;

SCHNITZER, A. F. **Les Contrats Internationaux en Droit International Privé Suisse**. Recueil des Cours. Vol. 123, 1968;

SIQUEIROS, José Luis. **La contratación internacional – La posible armonización em su regulación jurídica**. 2º Seminário sobre la Enseñanza del Derecho Internacional, Bogotá, Fundação Universidade de Bogotá; Jorge Tadeo Lozano, Ministério de Relações Exteriores da Colômbio e Organização dos Estados Americanos, Setembro/79;

STRENGER, Irineu. **Autonomia da Vontade em Direito Internacional Privado**, São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1968;

_____. **Contratos Internacionais do Comércio**. 4 ed. São Paulo: Ltr, 2003;

_____. **Direito Internacional Privado**. 4ª Ed., São Paulo, LTr, 2000,

SOARES, Maria Ângela Bento; RAMOS, Rui Manuel Gens Moura. **Contratos internacionais. Compra e venda. Cláusulas penais. Arbitragem**. Coimbra: Almedina, 1995;

STORY, Joseph. **Commentaries on the Conflict of Laws, foreign and domestic in regard to contracts, rights and remedies, and especially in regard to marriages, divorces, wills, successions and judgments**, Boston, Hilliard, Gray and Company, 1834;

TENÓRIO, Oscar. **Direito Internacional Privado**. 11ª Ed, Rio de Janeiro: F. Bastos, 1976;

TEPEDINO, Gustavo. **Apresentação Problemas de Direito Civil-Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000;

VALLADÃO. Haroldo. **A Devolução nos Conflitos sobre a Lei Pessoal**. São Paulo: 1929.

_____. **Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1980;

_____. **Direito Internacional Privado: Em Base Histórica e Comparativa, Positiva e Doutrinária, especialmente dos Estados Americanos**. 5ª Ed, Rio de Janeiro: F. Bastos, 1980;

_____. **Lei Geral de Aplicação das Normas Jurídicas**. Imprensa: Rio de Janeiro, 1964;

_____. **O Contrato Internacional**. Revista Forense, vol. 269;

VICENTE, José Maria Espinar. **La Regulación Jurídica de los Contratos Internacionales de Conteudo Económico**, Madri, Editoriales de Derecho Reunidas, 1979;

VISCHER, F. **The Antagonism between Legal Security and the Search for Justice in the Field of Contracts**. Recueil des Cours. Vol. 142, 1974;

WEINTRAUB, Russel J. **Commentary on the Conflict of Laws**. Nova Iorque: New York Foundation Press, 2001;

WEISS, André. **Traite Théorique et Pratique de Droit International Privé**. Vol IV, Paris, Librairie de la société du recueil général des lois et arrêts, 1912;

XAVIER, Alberto. **Validade das Cláusulas em Moeda Estrangeira nos Contratos Internos e Internacionais**, in Alberto Xavier e Ives Gandra Martins (Coord.), Estudos jurídicos sobre o Investimento Internacional, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1980;

ZANETTI, Cristiano de Souza. **Direito Contratual Contemporâneo: a liberdade contratual e sua fragmentação**, Editora Método, São Paulo, 2008;

SITES:

<file:///E:/Downloads/1592-14453-1-PB.pdf>

<https://assets.hcch.net/docs/f4634d7e-328c-4e2b-b602-f22b3283e377.pdf>

<https://assets.hcch.net/docs/bcecd408-df12-47f4-a29d-213cd4ca7ab2.pdf>

<http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=US&vol=407&invol=1>

<https://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/?uri=CELEX%3A41998A0126%2802%29>

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A41980A0934>

https://heinonline.org/hol-cgibin/get_pdf.cgi?handle=hein.journals/jmlc2§ion=9

http://m.law.uchicago.edu/files/files/53.Posner.Values_0.pdf

<https://portal.oa.pt/upl/%7Bbb116fce-def8-4e3a-a6f9-8933b2bf4919%7D.pdf>

<https://supreme.justia.com/cases/federal/us/407/1/case.html>

<https://supreme.justia.com/cases/federal/us/417/506/>

<https://supreme.justia.com/cases/federal/us/345/571/>>

<http://swarb.co.uk/lisc/Inten12001799.php>

<http://swarb.co.uk/vita-food-products-inc-v-unus-shipping-co-ltd-1939/>

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E4F179621C4A2B752295DEF3D4E99066.proposicoesWeb2?codteor=1136861&filenome=Dossie+-PL+4905/1995

<https://www.casebriefs.com/blog/law/conflicts/conflicts-keyed-to-currie/choice-of-law-modern-approaches/siegelman-v-cunard-white-star-ltd/>

<http://www.columbia.edu/~mr2651/ecommerce3/2nd/statutes/Rest2Confl187.doc>
<https://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/?uri=CELEX%3A41998A0126%2802%29>

<https://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/lando5.html>

http://www.globalsaleslaw.org/__temp/CISG_portugues.pdf

<https://www.hcch.net/pt/instruments/conventions/full-text/?cid=61>

<https://www.icj-cij.org/en/case/>

<https://www.jstor.org/stable/1286730>

https://www.jstor.org/stable/4505247?readnow=1&seq=1#page_scan_tab_contents

https://www.jstor.org/stable/4505247?readnow=1&seq=1#page_scan_tab_contents

<https://www.legifrance.gouv.fr/affichJuriJudi.do?idTexte=JURITEXT000006987522>

https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do;jsessionid=A27065ED1ACA70CFD575C14D731F7AFE.tplgfr24s_2?idSectionTA=LEGISCTA000006089696&cidTexte=LEGITEXT000006070721&dateTexte=20181120

http://www.oas.org/dil/CIDIPV_convention_internationalcontracts.htm

<http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/b-56.htm>

http://www.oas.org/dil/esp/CIDIPV_convencioncontratosinternacionales.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0857.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657.htm

<http://www.stoessel.ch/hej>

<http://www.unidroit.org/english/documents/2004/study50/s-50-098-e.pdf>

<http://www.vlex.com/vid/1998668>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1979-9-agosto-1996-435690-publicacaooriginal-1-pe.html>

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227295>

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496206>